

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE 31 DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	71.053	39.486	CIRCULANTE	8.565	12.322
Disponibilidades	1.238	216	Outras obrigações	8.565	12.322
Títulos e valores mobiliários	61.817	30.567	Fiscais e previdenciárias	707	8.392
Carteira própria	61.817	30.567	Diversas	785	3.930
Outros créditos	7.998	8.703	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	107.364	103.575
Diversos	8.431	9.153	Outras obrigações	107.364	103.575
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(433)	(450)	Fiscais e previdenciárias	31.016	29.475
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	215.663	251.065	Diversas	76.348	74.100
Títulos e valores mobiliários	170.694	209.825	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	170.787	174.654
Carteira própria	170.694	209.825	Capital	174.654	160.146
Outros créditos	44.969	41.240	De domiciliados no país	174.654	160.146
Diversos	44.969	41.240	Reserva de Lucros	-	14.508
PERMANENTE	-	-	Prejuízos Acumulados	(3.867)	-
Intangível	-	-			
Ativos intangíveis	336	336			
Amortizações acumuladas	(336)	(336)			
TOTAL DO ATIVO	286.716	290.551	TOTAL DO PASSIVO	286.716	290.551

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil cotas)

	2º SEM.		EXERCÍCIO	
	2011	2011	2010	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.865	27.233	25.989	25.989
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.865	27.233	25.989	25.989
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8	18	41	41
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	18	41	41
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.873	27.251	26.030	26.030
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(23.783)	(32.528)	(4.277)	(4.277)
Receitas de prestação de serviços	17.922	33.400	30.042	30.042
Outras despesas administrativas	(37.958)	(57.591)	(25.249)	(25.249)
Despesas tributárias	(2.540)	(4.730)	(4.298)	(4.298)
Outras receitas operacionais	2.485	3.848	2.791	2.791
Outras despesas operacionais	(3.692)	(7.455)	(7.563)	(7.563)
RESULTADO OPERACIONAL	(9.910)	(5.277)	21.753	21.753
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(9.910)	(5.277)	21.753	21.753
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.977	1.410	(7.245)	(7.245)
Provisão para imposto de renda	1.354	-	(5.763)	(5.763)
Provisão para contribuição social	492	-	(2.154)	(2.154)
Ativo fiscal diferido	1.131	1.410	672	672
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(6.933)	(3.867)	14.508	14.508
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL COTAS - R\$	(39,69)	(22,14)	90,59	90,59

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2º SEM.		EXERCÍCIO	
	2011	2011	2010	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado	(11.082)	(6.815)	14.971	14.971
Lucro Líquido / (Prejuízo)	(6.933)	(3.867)	14.508	14.508
Ajustes ao lucro líquido / (Prejuízo):	(4.149)	(2.948)	463	463
Provisão (reversão) de passivos judiciais	(533)	(314)	932	932
Provisão de valores a devolver a consorciados	-	-	28	28
Atualizações para depósitos em garantia e impostos a compensar	(631)	(1.206)	(360)	(360)
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários	(2.977)	(1.410)	(96)	(96)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(8)	(18)	(41)	(41)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	(1.548)	2.343	5.532	5.532
(Aumento) Redução de outros créditos e outros valores e bens	(5.848)	587	(4.799)	(4.799)
(Aumento) Redução em outras obrigações	4.300	1.756	10.331	10.331
Caixa líquido originado/(utilizado) nas atividades operacionais	(12.630)	(4.472)	20.503	20.503
Imposto de renda e contribuição social pagos	(582)	(2.387)	(5.040)	(5.040)
Caixa líquido originado/(utilizado) nas atividades operacionais	(13.212)	(6.859)	15.463	15.463
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicação em títulos e valores mobiliários	12.666	7.881	(15.452)	(15.452)
Caixa líquido originado/(utilizado) nas atividades de investimento	12.666	7.881	(15.452)	(15.452)
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(546)	1.022	11	11
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.784	216	205	205
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.238	1.238	216	216

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Aumento de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	122.545	-	37.601	-	160.146
Aumento de Capital	37.601	(37.601)	(37.601)	-	(37.601)
Lucro líquido do ano	-	-	-	14.508	14.508
Destinação do Lucro	-	37.601	14.508	(14.508)	37.601
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	160.146	-	14.508	-	174.654
Aumento de Capital	14.508	-	(14.508)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.867)	(3.867)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	174.654	-	-	(3.867)	170.787
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	174.654	-	3.066	-	177.720
Prejuízo do semestre	-	-	-	(6.933)	(6.933)
Reversão de reservas para absorção de prejuízo	-	-	(3.066)	3.066	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	174.654	-	-	(3.867)	170.787

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO 2011 E DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	207.446	180.808	CIRCULANTE	207.446	180.808
Disponibilidades	826	409	Obrigações diversas	207.446	180.808
Depósitos bancários	826	409	Obrigações com consorciados	94.875	83.934
Aplicações financeiras	85.348	74.188	Valores a repassar	1.449	745
Outros créditos	121.272	106.211	Obrigações por contemplações a entregar	62.086	52.166
Cheques e outros valores a receber	1.024	417	Recursos a devolver a consorciados	35.506	31.339
Direitos dos consorciados contemplados	120.248	105.794	Recursos dos grupos	13.530	12.624
Normais	118.832	104.470			
Em atraso	1.416	1.324	COMPENSAÇÃO	1.290.336	702.629
COMPENSAÇÃO	1.290.336	702.629	Recursos mensais a receber de consorciados	14.284	10.673
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	14.284	10.673	Obrigações do grupo por contribuição	659.286	360.935
Contribuições devidas ao grupo	659.286	360.935	Bens a contemplar - valor	616.766	331.021
Valor dos bens a contemplar	616.766	331.021			
TOTAL DO ATIVO	1.497.782	883.437	TOTAL DO PASSIVO	1.497.782	883.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Financeiras.

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das normas substanciais no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e da lei das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de apresentação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração paga pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

d) Ativos intangíveis

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment em 31 de dezembro de 2011.

f) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, de acordo com os critérios definidos na carta circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao exercício, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer há mais de 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Representam aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundos comum e de reserva.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	2º SEM. 2011	EXERC. 2011	EXERC. 2010
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	77.342	75.014	77.434
Depósitos bancários	721	409	308
Cheques e outros valores a receber	316	417	455
Aplicações financeiras	76.305	74.188	76.671
(+) Recursos coletados	128.095	236.931	211.057
Contribuições para aquisição de bens	98.751	184.668	169.256
Taxa de administração	15.065	28.085	25.274
Contribuições ao fundo de reserva	2.946	5.525	5.116
Rendimento de aplicações financeiras	3.553	6.908	5.667
Multas e juros moratórios	511	928	905
Prêmios de seguro	1.537	2.690	2.164
Outros	5.732	8.127	2.675
(-) Recursos utilizados	118.239	224.749	62.476
Aquisição de bens	93.033	176.105	16.889
Taxa de administração	15.737	29.044	25.626
Multas e juros moratórios	255	464	453
Prêmios de seguro	3.148	5.776	5.220
Custas judiciais	9	24	31
Devolução a consorciados desligados	4.137	8.894	9.238
Despesas de registro de contratos	110	318	397
Outros	1.810	4.124	4.622
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	87.198	87.198	75.014
Depósitos bancários	826	826	409
Cheques e outros valores a receber	1.024	1.024	417
Aplicações financeiras	85.348	85.348	74.188

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes a pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2011	2010
Quantidade de grupos administrados	159	119
Quantidade de consorciados ativos	38.232	25.288
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	21.907	15.714
Quantidade de bens entregues no segundo semestre	2.817	2.513
Quantidade de bens entregues no exercício	5.298	5.078
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	1.362	1.197
Taxa de inadimplência	4,06%	2,76%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Administradora	
	2011	2010
Disponibilidades	1.238	216

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2011	2010	2011	2010
Certificados de Depósito Bancário - CDBs-Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	232.511	240.392	-	-
Quotas de fundos de investimento: Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II (b)	-	-	85.348	74.188
Total	<u>232.511</u>	<u>240.392</u>	<u>85.348</u>	<u>74.188</u>

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até dezembro de 2013, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 9,96% e 12,90%.

(b) São representados por aplicações em Fundo de Investimento, classificadas como disponíveis para venda, sendo utilizado o valor da cota do fundo na data do balanço.

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011			2010		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Administradora:						
Certificados de Depósitos Bancários	61.817	170.694	232.511	30.567	209.825	240.392
	Sem vencimento		Total	Sem vencimento		Total
			85.348	85.348	74.188	74.188

Grupos:

Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2011	2010
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	433	450
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	7.871	8.654
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	16.107	14.287
Devedores por depósitos em garantia (c)	26.960	25.002
Outros	2.029	2.000
Total	53.400	50.393
Ativo circulante	8.431	9.153
Realizável a longo prazo	44.969	41.240

- (a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.
- (b) Referem-se a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado no montante de R\$ 5.484 (R\$ 1.220 em 2010), e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício no montante de R\$ 2.387 (R\$ 7.434 em 2010).
- (c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas explicativas nºs 13 e 14, respectivamente).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	108	39	112	40
Provisão para riscos fiscais	5.814	2.104	5.872	2.125
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	329	118	698	251
Provisão de valores a devolver para consorciados (ver nota explicativa nº 8)	2.935	1.057	2.915	1.049
Base negativa de CSLL	-	137	-	-
Provisão para pagamento de comissões sobre vendas	1.355	488	658	204
Outros	1.184	439	233	130
Total do crédito tributário	11.725	4.382	10.488	3.799
	16.107		14.287	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

Ano	Valor Contábil			
	IRPJ Adições Temporárias	CSLL Adições Temporárias	Base negativa	Total
2012	1.173	425	14	1.612
2013	1.173	425	14	1.612
2014	1.173	425	14	1.612
2015	1.173	425	14	1.612
2016	1.173	425	14	1.612
2017	1.173	425	14	1.612
2018	1.173	425	14	1.612
2019	1.173	425	14	1.612
2020	1.173	425	14	1.612
2021	1.168	420	11	1.599
Total de créditos tributários	11.725	4.245	137	16.107
Valor presente	5.767	2.089	69	7.925

	2010			
	Valor Contábil			
	IRPJ Adições Temporárias	CSLL Adições Temporárias	Base negativa	Total
Total de créditos tributários	10.488	3.799	-	14.287
Valor presente (*)	7.748	2.805	-	10.553

(*) Calculado com base na taxa SELIC.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico que considera as expectativas da Administradora quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetada pelo BACEN.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do exercício:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	(5.277)	(5.277)	21.753	21.753
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	1.319	475	(5.414)	(1.958)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes	(3)	(1)	(52)	(18)
Outras exclusões permanentes	(380)	-	-	-
Prejuízo fiscal não registrado	-	-	197	-
Dedução para incentivo à cultura	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social credor (devedor) no exercício	936	474	(5.269)	(1.976)
Total	1.410		(7.245)	

d) Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para imposto de renda corrente	-	-	(5.763)	-
Provisão para contribuição social corrente	-	-	-	(2.154)
Constituição de crédito tributário	1.238	583	1.006	362
Constituição de passivo diferido	(302)	(109)	(512)	(184)
	936	474	(5.269)	(1.976)
Total	1.410		(7.245)	

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2011	2010
Valores a pagar a sociedades ligadas	742	524
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	59.895	56.279
Provisões para riscos (ver nota explicativa nº 10.a)		
Provisão para riscos cíveis	1.289	2.766
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	1.506	1.366
Provisão para riscos trabalhistas	26	24
Provisão para comissões (b)	5.445	2.271
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	11.739	11.739
Outros	3.564	3.061
Total	84.206	78.030
Passivo circulante	7.858	3.930
Exigível a longo prazo	76.348	74.100

(a) Referem-se a recursos a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas cotas de fundos de investimento dos grupos de consórcio ativos.

(b) Refere-se à provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

(c) Refere-se à provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSL do período de 1992 a 1996.

(d) Refere-se à obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da Circular 2.766/99, que por determinação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2011	2010
Provisão para riscos fiscais (veja nota explicativa nº 10.a)	25.740	24.608
Provisões para impostos e contribuições sobre os lucros	-	7.917
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	5.277	4.866
Impostos e contribuições a recolher	706	476
Total	31.723	37.867
Passivo circulante	707	8.392
Exigível a longo prazo	31.016	29.475

(*) Refere-se a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PASSIVOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos judiciais e obrigações legais:

	2011	2010
Obrigações legais tributárias:		
CSLL	10.209	9.772
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	11.084	10.613
Programa de Integração Social - PIS	2.117	1.995
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.735	1.653
Subtotal das obrigações legais	25.145	24.033
Provisão para riscos tributários:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	595	575
Total da provisão para riscos fiscais e obrigações legais	25.740	24.608
Provisão para riscos cíveis	1.289	2.766
Provisão para riscos - outros passivos (veja nota explicativa nº 8.c)	1.506	1.366
Provisão para riscos trabalhistas	26	24
Total da provisão para riscos	28.561	28.764

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do exercício de 2009	23.689	23	3.323	27.035
Constituição (Reversões) líquidas do período	2.285	1	(557)	1.729
Saldo no final do exercício de 2010	25.974	24	2.766	28.764
Constituição (Reversões) líquidas do período	616	1	209	826
Saldo no final do primeiro semestre de 2011	26.590	25	2.975	29.590
Constituição (Reversões) líquidas do período	656	1	(1.686)	(1.029)
Saldo no final do exercício de 2011	27.246	26	1.289	28.561
Depósitos em garantia - "Outros créditos"	25.145	-	1.815	26.961

c) Detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2011:

	Contingências			
	Fiscais		Cíveis	
	Quantidade	Valor (*)	Quantidade	Valor (*)
Perdas prováveis	2	3.241	1	26
Perdas possíveis	5	24.005	1	50
Total de provisões	7	27.246	2	106

(*) O montante provisionado abrange também questionamentos judiciais e/ou administrativos classificados como obrigações legais.

Obrigações legais

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por ser empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996;
- (b) mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de recolher o PIS e a COFINS

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

- CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação quanto aos valores pagos a título de CSLL nos anos-base 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandato de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.
- CPMF - a principal tese em discussão é: mandato de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

Provisão para riscos fiscais

Referem-se basicamente a riscos fiscais relativos a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 30% do valor em risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais autuações na esfera administrativa judicial.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal no montante de R\$170.778 (160.146.340 quotas em 31 de dezembro de 2010).

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre		Exercício	
	2011	2010	2011	2010
Prestação de serviços administrativos (a)	4.764	9.117	7.415	
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	28.417	40.785	11.778	
Sistema de comunicação	632	1.156	835	
Sistema de processamento de dados	1.609	2.786	2.540	
Prejuízos com consorciados	304	307	29	
Outras	2.232	3.440	2.652	
Total	37.958	57.591	25.249	

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas em 2011 - 28.478 cotas e em 2010 - 9.844 cotas.

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2011	2011	2010
Reversão de provisão	1.720	2.427	1.150
Recuperação de despesas	-	20	27
Atualização Monetária - Depósitos Judiciais	631	1.207	961
Outras	134	194	653
Total	2.485	3.848	2.791

A DIRETORIA

CONTADOR:

Elio Pereira Sales - CRC 1SP212554/O-0

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre		
	2011	2011	2010
Varição monetária e juros passivos (a)	2.668	5.159	4.149
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	585	1.133	919
Indenização por ações cíveis	346	613	589
Outras	93	550	1.906
Total	3.692	7.455	7.563

(a) Refere-se à variação monetária de obrigações com grupos de consórcio.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos judiciais.

15. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração
Na assembleia geral de acionistas, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2011	2010
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	497	387
Remuneração variável	221	123
Outras	-	19
Total	718	529

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares diretos.

e) Transações com partes relacionadas

Os saldos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, podem ser resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)		
	2011	2010	2º Semestre		2011
			2011	2010	2010

CONTROLADORA:

Banco GMAC S.A.:

Aplicações em CDBs	232.511	240.392	-	-	-
Outras obrigações - diversas	(302)	(163)	-	-	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	13.865	27.233	25.989

PARTES RELACIONADAS:

GMAC Prestadora de Serviços de

Mão-de-Obra Ltda.:

Outras obrigações - diversas	(440)	(361)	-	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(4.764)	(9.117)	(7.415)

GMAI Corretora de Seguros S.A. -

Outros créditos
 1 | 1 | - | - | - |

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adotam o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESAO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI Nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora incluiu CSLL, COFINS e CPMF no montante total de R\$ 20.966, sendo R\$ 5.635 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 14.352 de juros, sem considerar os descontos do programa. Até o momento, a Administradora não realizou ajustes no seu balanço e resultado devido a incertezas geradas no entendimento da nova regulamentação.

Dessa forma, a Administradora assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento.

Em 31 de dezembro de 2011 o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 13 de março de 2012

DELOITTE TOUCHETOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5